

DESAFIO AOS NOVOS COMANDANTES II: defender a soberania na Amazônia

General de Brigada Veterano Luiz Eduardo Rocha Paiva¹

Brasília, DF, 06 de janeiro de 2023

A Marinha, o Exército e a Aeronáutica têm novos Comandantes, sobre os quais recai, entre outros, um relevante desafio para a defesa da Pátria - acelerar projetos que confirmem capacidade de dissuasão extrarregional. Não implica alcançar o mesmo nível das potências globais, mas sim condições de causar danos de extrema gravidade na eventual concretização de ameaças a interesses importantes ou vitais do Brasil. É uma estratégia de muito longo prazo, mas há desafios bem mais urgentes. De nada adianta um elevado poder militar se a nova liderança política voltar a cometer erros estratégicos desastrosos como foram as sucessivas decisões dos governos Collor, FHC e do PT, principalmente na Amazônia.

Em 1991, Collor demarcou a imensa Terra Indígena (TI) Ianomâmi na Faixa de Fronteira com a Venezuela, após fortes pressões estrangeiras. Daí em diante, em três décadas de uma estratégia de ações sucessivas, reunindo potências estrangeiras apoiadas por organismos internacionais (ONU, OEA e outros) e ONGs, toda a Calha Norte, incluindo a Faixa de Fronteira, está coberta de TI e Unidades de Conservação (UC) que englobam territórios de países vizinhos. O erro estratégico de 1991 resultou, em 2015, na proposta de criação do Corredor Ecológico Triplo A, a ser estabelecido por um tratado internacional. Se o Brasil aceitar tal documento, sua soberania na calha Norte do Rio Amazonas estará fulminada, com perda total da autonomia para explorar nosso patrimônio naquela região.

Houve cessão voluntária vergonhosa de nossa soberania, por aqueles governos, como se esse valor fosse mercadoria de balcão de negócios. Eis o perfil apátrida internacionalista da esquerda socialista brasileira. Não houve pressão ou coação militar para o Brasil demarcar essas TI e UC, apenas pressões nos campos político, econômico e sociocultural. Com lideranças desse nível, de que serve dissuasão militar? Nossa soberania na Amazônia é ilusão e não cabe mais defendê-la, mas sim retomá-la. O indígena nunca foi ameaça e sim pretexto da ameaça. Deve ter direito às suas terras e justo retorno do que elas produzirem para seu bem e o dos demais brasileiros. Projetos em TI devem ter representantes indígenas na sua direção.

A volta do PT ao poder traz péssimas perspectivas para a Amazônia Brasileira. O absurdo das políticas dos governos petistas não ficou só nas demarcações. Em 2007, o governo Lula votou a favor da Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas (DUDPI) na ONU. Alguns artigos da Declaração estabelecem que, nas TI, eles tenham direito a: autogoverno e livre determinação da sua condição política; instituições políticas e sistemas jurídicos próprios; pertencer a uma comunidade ou “nação indígena”; concordar ou não com atividades militares (muitas TI estão na Faixa de Fronteira); e recusar medidas legislativas e projetos de desenvolvimento do governo.

É maior autonomia do que a dos Estados da Federação. Povo, território, nação, autogoverno, instituições políticas e jurídicas próprias e autodeterminação caracterizam um Estado. Votar a favor da DUDPI foi aceitar nações independentes dentro do Brasil - um crime de lesa pátria.

¹ Ex Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e do 5º Batalhão de Infantaria Leve Aeromóvel, membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e Diretor de Geopolítica e Conflitos do Instituto Sagres.

Os que defendem a DUDPI apontam o artigo 46 como segurança, pois ele diz que nenhum artigo poderá ser usado contra a unidade política e a integridade territorial do signatário. Porém, nada diz sobre a soberania em TI, com certeza porque os signatários dela abdicaram ao aceitar as imposições listadas acima. Esses mesmos defensores da DUDPI omitem o artigo 42, pelo qual o Conselho de Segurança da ONU (CS/ONU), que tem a prerrogativa de decretar intervenções militares², pode agir para fazer cumprir a Declaração.

O governo pode votar a favor, mas não ratificar tratados internacionais sem aprovação do Congresso, por isso a DUDPI ainda não entrou em vigor, estando arquivada no Senado. No entanto, sua aprovação é preconizada no Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (2009)³ e, com a volta do PT ao governo ela será retomada.

Na campanha eleitoral, Lula declarou que as decisões tomadas em foros internacionais voltados à governança mundial, particularmente no CS/ONU, deveriam ser adotadas sem passar pelos legislativos nacionais. O atual presidente, ao arripio da Constituição Federal, quer submeter nossa soberania a instâncias internacionais, cujos membros não são eleitos por nós, não conhecem o Brasil e têm interesses diferentes ou conflitantes com os nacionais. Será retomada da balcanização do País, pois serão demarcadas novas 13 TI ainda em janeiro⁴.

A Nação está sendo dirigida por um presidente apátrida, que negocia soberania em troca dos aplausos da comunidade global sem perceber seu papel risível ao ser usado como fantoche para satisfazer interesses estrangeiros. Aliás, o que esperar de quem propõe resolver conflitos geopolíticos do naipe da guerra na Ucrânia sentado numa mesa de bar e consumindo cerveja. A cicatriz da Lava Jato macula seu passado, que não encontra guarida na consciência de mais da metade dos cidadãos brasileiros, que é conhecido internacionalmente e que compromete o respeito mundial ao governo e ao próprio País.

Eis o desafio aos novos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Demover o governo de suas apátridas bandeiras atuais e históricas, relativas ao desenvolvimento e à soberania na Amazônia. O governo petista e Lula são ameaças mais graves do que a cobiça de potências estrangeiras pelos recursos e posição geoestratégica da Amazônia.

O artigo *A Segunda Chance*⁵ diz: “*Franqueza e coragem moral caminham juntas. [-]. Uma vez que uma decisão política final seja tomada, [o oficial] tem a obrigação de apoiar essa decisão como se ela fosse sua, [-] com uma grande exceção: questões que envolvam os profundos princípios - dever, honra e pátria - não nos podem submeter a outros compromissos*”. O dilema entre lealdade e disciplina ocorre em situações extremas ao chefe militar do alto escalão. Tal dúvida não pode existir quando silêncio e omissão causarem um dano insuportável à Nação, ela sim credora de sua irrestrita lealdade. Aos superiores o chefe militar deve obediência, cooperação, respeito e disciplinada franqueza, mas a sua lealdade em situações limites é, unicamente e acima de tudo, devida à Nação.

É uma benção que em todas as épocas alguém tenha tido individualidade bastante e coragem suficiente para continuar fiel às próprias convicções (Robert G. Ingersoll).

² Resolução do Conselho de Segurança, 2005 – Responsabilidade de Proteger.

³ PNDH3 preconiza ratificar os instrumentos internacionais de direitos humanos ainda não aprovados no Congresso.

⁴ <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/governo-lula-vai-demarcas-13-terras-indigenas-neste-mes-saiba-quais>

⁵ Tenente David A. Adams da Marinha dos EUA - um ensaio sobre liderança.